

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 587 DE 09/11/2012 - DOU 12/11/2012 - EDIÇÃO EXTRA

Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 588 DE 12/11/2012 - DOU 13/11/2012

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica.

DECRETO Nº 7.836 DE 09/11/2012 - DOU 12/11/2012 - RET 13/11/2012

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

DECRETO Nº 7.837 DE 09/11/2012 - DOU 12/11/2012 - EDIÇÃO EXTRA

Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 587, de 9 de novembro de 2012, e sobre o valor adicional do benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para a safra 2011/2012.

DECRETO Nº 7.838 DE 09/11/2012 - DOU 12/11/2012 - EDIÇÃO EXTRA

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

DECRETO Nº 7.839 DE 09/11/2012 - DOU 12/11/2012 - EDIÇÃO EXTRA

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

DECRETO Nº 7.840 DE 12/11/2012 - DOU 13/11/2012

Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de perfuratrizes e patrulhas mecanizadas, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETO Nº 7.841 DE 12/11/2012 - DOU 13/11/2012

Altera o Anexo I ao Decreto nº 7.709, de 3 de abril de 2012, que dispõe sobre a margem de preferência para aquisição de retroscavadeiras e motoniveladores, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETO Nº 7.842 DE 12/11/2012 - DOU 13/11/2012

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, firmado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

DECRETO Nº 7.843 DE 12/11/2012 - DOU 13/11/2012

Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de disco para moeda, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLUÇÃO ANVISA Nº 54 DE 12/11/2012 - DOU 13/11/2012

Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional

Complementar.

Dica do Dia

Nos próximos dias, os assinantes *Juris Plenum Ouro* receberão o DVD nº 28. Recomenda-se instalar a nova edição. O passo a passo da instalação encontra-se no invólucro. Recomenda-se também a cópia para o HD para maior rapidez na navegação e nas pesquisas efetuadas.

Destaque

Dirceu é condenado a mais de dez anos de prisão por formação de quadrilha e corrupção ativa

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu foi condenado a dez anos e dez meses de prisão como resultado do julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão. A pena pode ser alterada até o final do julgamento, conforme alertaram alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), mas inicialmente deve ser cumprida em regime fechado por ter superado os oito anos.

A fixação das penas de Dirceu não provocou debates mais acalorados porque o ministro-revisor Ricardo Lewandowski, responsável por votos de contraponto com punições mais amenas, não participou desta etapa. Ele não poderia participar porque absolveu Dirceu de todos os crimes da ação penal. Também não participou da votação o ministro Antonio Dias Toffoli, pelo mesmo motivo.

Em relação ao crime de formação de quadrilha, a votação foi unânime para condenar Dirceu a dois anos e 11 meses de prisão, conforme voto apresentado pelo relator Joaquim Barbosa. Já quanto ao crime de corrupção ativa de parlamentares da base aliada, a condenação foi fixada em sete anos e 11 meses de prisão mais 260 dias-multa de dez salários mínimos cada, que somam cerca de R\$ 676 mil em valores não atualizados, proposta também pelo relator. Apresentaram pena menor os ministros Marco Aurélio Mello e Cármen Lúcia, que acabaram vencidos.

As penas de Dirceu foram bastante majoradas porque os ministros consideraram que ele teve papel preponderante no esquema, como autor intelectual. A faixa de punição para formação de quadrilha é um a três anos de prisão e a de corrupção ativa é dois a doze anos de prisão. Em relação à corrupção ativa, a pena ainda foi agravada porque o STF entendeu que houve corrupção de nove parlamentares. Confira as penas fixadas para José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil):

Capítulo 2 - Formação de quadrilha

a) formação de quadrilha: dois anos e 11 meses de prisão

Capítulo 6 - Corrupção de parlamentares

a) corrupção ativa: sete anos e 11 meses de prisão + 260 dias-multa de dez salários mínimos cada (R\$ 676 mil)

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

Notícias

STF

AP 470: Tribunal fixa penas do núcleo político e inicia análise de dosimetria quanto ao núcleo financeiro

STJ

Cédula de crédito comercial anterior a abril de 2000 pode ter capitalização mensal de juros

Corte Especial aprova pedido de intervenção federal no Paraná

Médica acusada de provocar morte de nascituro não consegue habeas corpus

Representante comercial terá de devolver adiantamentos não repassados a fornecedor inadimplente

TSE e TREs

TRE-MG - Tribunal defere pedidos de veiculação de propaganda de partidos para 2013

TRE-SC - Multa de R\$ 25 mil a prefeito de Joinville é afastada

TST e TRTs

TST - Demitido de banco de economia mista que foi privatizado será

reintegrado pelo Itaú

TST - Gravidez garante estabilidade provisória a empregada demitida

TST - Tribunal valida cláusula que limitou hora in itinere em lavoura de cana-de-açúcar

TST - Vigilante que não perseguiu ladrões tem justa causa afastada

TRT3 - Juíza afasta efeitos da coisa julgada em ação envolvendo terceirização em empresas de telecomunicações

TRT3 - Restrição à penhora de equipamentos necessários ao exercício da profissão não se aplica à empresa

TRT3 - Vendedora que tinha bolsa revistada na frente de terceiros será indenizada

TRT11 - Tribunal condena empresa a pagar 25 mil para operador de máquina

TRFs

TRF1 - 5ª Turma condena dois cidadãos a pagar indenização a índios por havê-los ludibriado

TRF1 - Legítima a participação de presidente e vice de conselho regional em processo eleitoral de conselho federal

TRF4 - Tribunal confirma anulação de ato que impedia construção de Hidrelétrica Rondinha

TJCE - Coelce é condenada a pagar R\$ 358 mil por incêndio provocado após curto-circuito

TJDFT - Juiz aplica Lei Maria da Penha a favor de rapaz e proíbe aproximação de ex-namorada

TJDFT - Ótica é condenada a indenizar sorteada em concurso

TJES - Coronel condenado por improbidade administrativa

TJES - Ex-síndica tem de pagar indenização a condomínio

TJES - Jovem condenado à reclusão por lesões corporais graves

TJGO - Corpo de Bombeiros tem de respeitar edital de concurso para nomeação de candidatos

TJGO - Decretada prisão preventiva de suspeito de arrastão em restaurantes

TJGO - Juiz rejeita ação de improbidade contra prefeito de Goiânia

TJMA - Negado HC a PM acusado de matar suposto envolvido na morte de seu filho

TJMG - Mulher atropelada por ônibus é indenizada

TJMS - Mestrado sem reconhecimento do MEC não gera dano moral

TJMS - Seguradora se nega a pagar indenização de DPVAT e é punida com multa

TJPA - Jurados da 1ª Vara do Júri de Belém condenam Marcelino da Kapa por homicídio qualificado

TJPA - Justiça bloqueia bens de acusados de fraudes na Alepa e suspende greve de servidores do Ministério Público

TJPR - Instituição bancária é condenada a indenizar cliente que sofreu saque indevido em sua conta-corrente

TJPR - Instituição financeira é condenada a indenizar pessoa cujo nome foi indevidamente inscrito em cadastros de inadimplentes

TJRJ - Juiz arquiva processo contra acupunturista chinês

TJRJ - Juiz decreta a prisão preventiva de traficante

TJRN - Juíza concede alvará de soltura a promotor José Fontes

TJRS - Delegados aposentados compulsoriamente ganham direito de voltar ao trabalho

TJRS - Determinada internação de jovens que atearam fogo em morador de rua em Caxias do Sul

TJRS - Liminar suspende aumento da alíquota da previdência dos servidores do Estado

TJRS - Negado afastamento de Prefeito e Secretários Municipais de Bento Gonçalves

TJSC - Indenizações ínfimas podem até estimular serviços ou produtos ruins, diz TJ

TJSC - Negada a avó guarda de 2 netas abandonadas pelos pais, dependentes de crack

TJSC - Sem provar redução de renda, homem não consegue minorar valor de pensão

TJSP - Insatisfação com resultado de cirurgia plástica não gera

indenização

MPF/RO - Ministério Público Federal e MP/RO ingressam com ação contra advogados por cobrança abusiva

MPF/SC - Ministério Público Federal quer que Ibama assuma licenciamento de maricultura

MPF/SP - Ministério Público Federal quer excluir expressão “Deus seja louvado” das cédulas de reais